

Projeto de Resolução n.º 736/XV/1.^a

pelo reforço da transparência na execução do Plano Nacional do Hidrogénio

A propósito da discussão do Orçamento do Estado para 2021, foi aprovado, por proposta do PAN – Pessoas-Animais-Natureza, a obrigação de o Governo divulgar publicamente, a partir de 2021, um relatório anual relativamente aos apoios à produção de hidrogénio verde e a projetos de hidrogénio previstos no âmbito do Plano Nacional do Hidrogénio, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto. Esta medida contou com a aprovação de todos os partidos, tirando a abstenção do PCP, ficando esta lei presente no Orçamento do Estado para 2021.

Projetos como estes comportam altos riscos de corrupção devido aos elevados valores inerentes a estes investimentos e ao baixo número de competidores, pelo que a inscrição desta medida no Orçamento do Estado para 2021 significou um passo importante para uma maior transparência na aprovação, custo, avaliação económica e grau de execução de projetos de hidrogénio verde em Portugal. Efetivamente, está disponível para consulta no sítio da internet do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) a lista global de projetos com investimento aprovado, apesar de estar em falta de algumas variáveis exigidas pela proposta supramencionada.

Face a esta realidade, enfrentamos agora um novo desafio referente à transparência de investimentos de hidrogénio verde em Portugal. No que toca ao número de vales de hidrogénio, Portugal figura no terceiro lugar a nível mundial, igualando a Noruega e Espanha com 5 zonas para desenvolvimento deste tipo de produção. Para tais investimentos perspetiva-se que serão utilizados largos milhões de euros do PRR, que irá apoiar as empresas que invistam nestes megaprojetos de hidrogénio verde. De momento, Portugal já lançou apoios na ordem dos 185 milhões de euros para produção de hidrogénio e biometano. A estes seguiu-se um novo aviso de 83 milhões de euros. A título de exemplo, apenas para o vale atribuído à exploração em Sines, titulada de “Sines Hydrogen Valley”, os valores poderão ascender até aos 22 mil milhões de euros até 2035, comportando quase 10 por cento do PIB nacional.

Investimentos desta dimensão, por força dos valores envolvidos, e, devido à importância estratégica que estes terão para o país, merecem redobrada atenção na sua aprovação, execução e exploração. Para além disto, não nos podemos esquecer que a grande maioria destes projetos começa apenas após 2025, ou seja, está a ser feita uma aposta gigantesca numa tecnologia “pouco

madura'' (citando o Diretor de Desenvolvimento do Negócio de Hidrogénio na SmartEnergy) que ainda levará tempo a ser implementada e a dar os seus primeiros contributos a Portugal e à Europa.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Até ao final do ano de 2023, em cumprimento do disposto no artigo n.º 217 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, o Governo procede à divulgação pública do relatório referente aos apoios à produção de hidrogénio verde e a projetos de hidrogénio previstos referentes ao ano de 2021, 2022 e 2023;
2. Até ao final do ano, diligencie no sentido de passarem a ser disponibilizados em tempo real a lista dos beneficiários diretos e indiretos desses apoios; a avaliação económica e financeira dos projetos apoiados; o custo por tonelada de CO2 reduzida, subdividida em total, custo privado e custo dos apoios públicos; e o grau de execução dos projetos apoiados.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 30 maio de 2023

A Deputada,

Inês de Sousa Real